



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Ênfase na Questão Ambiental

GOLPE DE ESTADO COMO ESTRATÉGIA PARA A APROPRIAÇÃO DA NATUREZA: o caso de Honduras

REBECA GOMES DE OLIVEIRA SILVA ¹

RESUMO: O presente artigo trata sobre a nova modalidade de golpe de Estado no século XXI na América Latina. Objetivamos analisar o que caracteriza o neogolpismo e sua relação com a corrida pela apropriação da natureza existente no território latino-americano. Para isso, teremos como realidade empírica o golpe de Estado que ocorreu em Honduras, em 2009, considerado o primeiro golpe dentro desta nova modalidade. A metodologia foi baseada em pesquisa bibliográfica e em pesquisa documental. Os resultados desse estudo revelam que o neogolpismo na América Latina, aqui destacado o caso de Honduras, visa realinhar os países latino-americanos aos interesses do capital.

PALAVRAS-CHAVE: Neogolpismo. Apropriação da natureza. Honduras.

RESUMEN: Este artículo trata sobre la nueva modalidad de golpe de Estado en el siglo XXI en América Latina. Nos proponemos analizar qué caracteriza al neogolpe y su relación con la carrera por la apropiación de la naturaleza existente en territorio latinoamericano. Para ello, tendremos como realidad el golpe de Estado ocurrido en Honduras en 2009, considerado el primer golpe dentro de esta nueva modalidad. La metodología se basó en la investigación bibliográfica y la investigación documental. Los resultados de este estudio revelan que el neogolpismo en América Latina, destaco aqui en el caso de Honduras, pretende realinear a los países latinoamericanos a los intereses del capital.

PALABRAS-CLAVES: Neogolpe; apropiación de la naturaleza; Honduras.

1 INTRODUÇÃO

¹ Profissional de Serviço Social. Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte

A América Latina, há mais de 530 anos, desde a chegada dos europeus neste território, tem seus recursos naturais drenados, seus povos originários expropriados e sua força de trabalho explorada. Assim, nos áridos dias do século XXI, o saque da natureza continua sem trégua envolvendo os recursos naturais que interessam a etapa atual do sistema capitalista marcada pela predominância do capital financeiro e pela disputa por hegemonia entre os Estados Unidos e a China (BRUCKMAN, 2011).

Uma das estratégias que vêm sendo tomadas pelos países imperialistas no sentido de garantir a apropriação desses recursos e a expropriação dos povos é o golpe de Estado (CARDOSO, 2016). O caso de Honduras é emblemático. Em 28 de junho de 2009 o então presidente Manuel Zelaya, do Partido Liberal Hondurenho (PLH), eleito pelo voto popular em 2005, foi sequestrado e expatriado, levado ainda de pijamas à Costa Rica depois de ter sofrido toda ordem de pressão dos meios midiáticos e institucionais para que deixasse a presidência. Tais fatos, analisados de modo imediato, assemelham-se perfeitamente as histórias de golpes civis-militares que ocorreram na América Latina no século XX. Todavia, apesar das semelhanças, os golpes de Estado no século XXI possuem novos elementos, podendo ser intitulados de neogolpismo (ARAÚJO; PEREIRA, 2018).

Com a crise estrutural do capital, vivenciada desde os anos 1970, teve início o espraiamento do ideário neoliberal. O golpe militar no Chile, em 1973, idealizado e executado pelos Estados Unidos, que destituiu da presidência Salvador Allende, da Unidade Popular, ofereceu as possibilidades de adiamento dos rebatimentos da crise, instituindo na América Latina o neoliberalismo, território “onde nasceu o neoliberalismo e o lugar onde mais se expandiu” (SADER, 2008, p. 13). Todavia, o neoliberalismo entra em crise na América Latina, o que conduziu ao poder governos progressistas. Era o giro à esquerda latino-americano levando ao poder partidos políticos que inseriam a pauta social em suas agendas políticas e econômicas (ARAÚJO; PEREIRA, 2018).

Em Honduras, nas eleições de 2005, a agenda de governo de Manuel Zelaya expunha a continuação das orientações neoliberais, sua relação com a oligarquia

hondurenha e com o capital estrangeiro. Contudo, ao assumir a presidência em 2006 deparou-se com a crise econômica que assolava o país, a qual conduziu Zelaya a realizar uma ampla agenda de reformas, dentre elas um maior controle estatal dos recursos naturais existentes em território hondurenho. Tais reformas desagradaram à oligarquia e à elite imperialista, as quais passaram a cofabular e a estruturar o neogolpismo utilizando-se, principalmente, da mídia, do judiciário e da força militar. Com o golpe houve um rápido declínio em direção à extrema direita, a qual passou a aprofundar a agenda neoliberal, intensificando a exploração do trabalho, o saque das riquezas naturais e os conflitos socioambientais, evidenciando, com isto, a intencionalidade do golpe de Estado (INSTITUTO TRICONTINENTAL, 2021).

Portanto, neste artigo pretendemos tratar, em particular, de uma nova modalidade de golpe de Estado que vem ocorrendo na América Latina e sua relação com a corrida pela apropriação da natureza, sobretudo pelos Estados Unidos. Objetivamos, a partir do caso de Honduras, caracterizar e problematizar o neogolpismo e sua incidência no presente século. O episódio hondurenho é de extrema importância principalmente porque nos ajuda a interpretar os golpes de Estado que ocorreram posteriormente nos países latino-americanos, como no Paraguai e no Brasil.

Este trabalho é parte de nossos estudos realizados ao longo do curso de doutorado e foi construído, fundamentalmente, a partir de pesquisa bibliográfica e de pesquisa documental. Buscamos entender essa nova modalidade de golpe na perspectiva que relaciona esse movimento histórico com o processo de expropriação dos povos e apropriação dos recursos naturais destacados por Karl Marx (2013). Algumas perguntas são chaves: o que caracteriza o neogolpismo no século XXI? Quais são os interesses relacionados ao golpe?

Não aspiramos dar conta de todos os elementos que envolvem essa análise. Entretanto, visamos, nos limites objetivos deste estudo, indicar uma contribuição no campo dos estudos críticos marxistas referentes à América Latina, com o intuito de indicar caminhos que tornem possível construir uma pátria grande livre como sonhou Simón Bolívar.

2 EXPROPRIAÇÃO DOS POVOS E APROPRIAÇÃO DA NATUREZA ENQUANTO ELEMENTOS ESTRUTURAIS E CONTÍNUOS NA AMÉRICA LATINA

As sociedades pré-capitalistas, como as sociedades pré-colombianas², viam a natureza como um imenso organismo que possibilitava a existência da vida e o seu valor de uso era o elemento central para a manutenção da existência humana. De acordo com Traspadini (2018) havia na América Latina, antes do século XV, entre 40 a 100 milhões de pessoas, os meios de subsistências abundavam e eram frutos do trabalho coletivo e esforço comum, não havia a necessidade de apropriação individual privada, pois a propriedade da terra era coletiva, assim como a propriedade das águas e das florestas.

Existia uma unidade entre o trabalhador, a terra e seus meios de trabalho, evidenciando a relação metabólica entre o ser humano e a natureza, pois os seres humanos fazem parte da natureza e dela dependem para existir, sendo ela, portanto, “uma extensão do corpo humano” (FOSTER, 2005, p. 107). O trabalho é a atividade que media essa relação metabólica, diferenciando a humanidade dos outros organismos da natureza. Havia, portanto, como destacou Marx, uma relação triádica entre a humanidade, o trabalho e a natureza (FOSTER; CLARK, 2020).

Entretanto, com a ascensão do modo de produção capitalista, ocorreu uma transformação das relações e práticas humanas mais elementares, um rompimento severo da relação dos seres humanos com a natureza. Sobrepõe-se à relação triádica um triângulo de humanidade alienada, de trabalho alienado e de natureza alienada. Essa ruptura metabólica, enquanto consequência das relações de produção capitalista, perturba a relação metabólica entre os seres humanos e a natureza, fazendo com que o reconhecimento do trabalhador em relação ao trabalho

2 O termo pré-colombiano refere-se ao período anterior à chegada de Cristóvão Colombo, navegador e explorador italiano responsável por liderar a frota marítima Espanhola que visava encontrar as Índias ocidentais, todavia, acabou “descobrir” a América Latina. Como exemplo de sociedades pré-colombianas temos os Incas e os Guaranis.

e à natureza se desfizesse. Essa ruptura é parte constitutiva da existência do capital (FOSTER, 2005).

Desse modo, o processo histórico que significou a ascensão do capitalismo sob o definhamento do sistema feudal se deu através da expropriação dos produtores diretos de suas terras, de seus meios de produção e de subsistência e a apropriação privada desses meios pelos capitalistas. Se apropriar, no modo de produção capitalista, é transformar em propriedade privada. Segundo Mattos (2019, p. 39) “[...] a afirmação da propriedade privada capitalista só foi possível devido à completa destituição da maioria dos produtores diretos de qualquer propriedade que pudessem ter, a não ser a da sua força de trabalho”. De acordo com Marx (2013, p. 786),

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados (MARX, 2013, p. 786).

Com o sistema do capital sobressai-se o valor de troca, pautado na expropriação dos produtores diretos, na exploração da força de trabalho e na apropriação da natureza, sobre o valor de uso. Os recursos naturais, dentro desse modo de produção, são tratados como uma “dádiva gratuita da natureza para o capital” (FOSTER, CLARK, 2020, p. 172), por isso, não entrariam diretamente na produção de valor e devem servir aos interesses do capital. Todavia, Marx, ao tratar sobre essa diferenciação entre valor de uso e valor de troca, destaca a natureza como fonte de valor de uso, como riqueza, e evidencia que é essa contradição que vem resultando no avanço da ruptura metabólica que se revelou em um nível mais global, como o processo de colonização, no qual “[...] colônias inteiras viram o roubo de suas terras, seus recursos e seu solo em apoio à industrialização dos países colonizadores” (FOSTER, 2005, p. 253) (tradução nossa).

Dessa forma, as expropriações e apropriações possuem particularidades, dependendo do espaço no qual são engendrados. No processo da acumulação primitiva a exploração dos recursos naturais existentes nos países do sul contribuiu

para o desenvolvimento do sistema do capital que estava sendo fomentado na Europa, sobretudo na Inglaterra. Assim, o sistema colonial foi um dos mecanismos de violência utilizados pelo capital na sua busca por expansão. As expropriações dos produtores e a apropriação dos meios de produção pelos capitalistas era o objetivo da expansão capitalista nas colônias (MARX, 2013).

Dessa forma, o ano de 1492 é marcado pelo “descobrimento” da América Latina pelos espanhóis e portugueses, “descobria-se” um “novo mundo” com riquezas naturais incomensuráveis (GALEANO, 2016). Alguns teóricos que defendiam a ascensão do modo de produção capitalista justificavam a apropriação da natureza nesse “novo mundo” a partir da lógica da maldição relacionada à abundância dos recursos naturais, pois, para eles, as populações existentes na América Latina eram considerados preguiçosas devido ao modo diferente com que se relacionavam com a natureza, com o trabalho, por essa razão, defendiam a importância de se apropriar dos recursos naturais existentes nesse território (MARTÍN, 2021). Portanto, dentro e fora da Inglaterra estruturavam-se processos violentos de ocupação territorial, os quais condicionavam a América do Sul ao modo de ser europeu.

Traspadini (2018) divide em quatro fases o processo de desenvolvimento histórico da América Latina. A primeira diz respeito ao período da “conquista”, entre os séculos XV e XVII, marcada pelo mercantilismo e pela invasão da América Latina. No lugar da propriedade coletiva foi instituída a grande propriedade privada marcada pelo latifúndio, pela monocultura e pelo escravismo. Desse modo, a expropriação da terra e a exploração do trabalho são os elementos constitutivos da formação desse continente.

A segunda fase do processo de desenvolvimento histórico, segundo Traspadini (2018), vai do século XVIII a XIX, marcado pelo capitalismo concorrencial e pelas independências políticas dos países latino-americanos. As estruturas que garantiam a exportação dos produtos da América Latina foram mantidas nessa nova fase. Segundo Traspadini (2018, p. 169), “[...] a América Latina se torna independente para depender ainda mais das tramas da valorização do capital”.

A terceira fase do desenvolvimento histórico destacado por Traspadini (2018)

vai do século XIX ao início do século XX, período marcado pelo imperialismo, pela exportação de capital. Nesse contexto, a América Latina permanece funcional à lógica capitalista, recebendo o capital excedente dos países hegemônicos. Florestan (1981) destaca que “[...] as influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura” (FERNANDES, 1981, p. 16). Confirma-se, portanto, que a expropriação da natureza e a exploração do trabalho são os elementos constitutivos e contínuos da formação desse continente.

Por fim, a quarta fase do processo de desenvolvimento histórico na América Latina, segundo Traspadini (2018), que se inicia na segunda metade do século XX e segue até os nossos dias, tem como marca a nova fase do imperialismo e a intensificação da dependência. A associação entre a grande burguesia nativa dos países latino-americanos e os centros imperialistas aprofundou a condição de subordinação dos países sul-americanos. Ademais, esse momento histórico é marcado pela hegemonia dos Estados Unidos (FERNANDES, 1981).

Diante da crise estrutural do capital despontada nos anos de 1970, inicia-se o processo de reestruturação capitalista visando garantir a expansão do sistema financeiro, que passa a dirigir o sistema capitalista, e de sua versão política, o neoliberalismo, que vai se apresentar como a forma mais eficaz de garantir a reprodução perpétua do capital, aprofundando as contradições já existentes na América Latina. Assim, o neoliberalismo, enquanto força prática e teórica que visa orientar a política internacional e os padrões de dominação interna nos países latino-americanos, reforça o papel desses países enquanto exportadores de produtos primários, eliminando os obstáculos para que o capital externo entre e saia quando bem entender dessas nações periféricas (MATHIAS; BRITO, 2016).

Desse modo, a função do neoliberalismo nessa etapa atual do capitalismo foi integrar os países latino-americanos ao movimento hegemônico do capital no mercado mundial de forma subjugada (ALVES, 2016). Apesar das promessas feitas pelas políticas neoliberais de desenvolvimento para os países da América do Sul, as consequências foram nefastas: aumento do desemprego, perda de direitos trabalhistas, degradação da natureza e uma maior subordinação ao capital financeiro (SILVA, 2020). Ocorre, então, o aprofundamento da dependência.

3 DISPUTA POR RECURSOS NATURAIS ESTRATÉGICOS NA AMÉRICA LATINA: O NEOGOLPISMO COMO ESTRATÉGIA

As contradições da economia neoliberal estavam expostas, o que fez com que o neoliberalismo entrasse em crise nos países latino-americanos, no final do século XX, e insurgissem diferentes levantes sociais com forte consenso antineoliberal. Esses levantes derrubaram os governos de direita, afirmando a necessidade da construção de um projeto alternativo que articulasse desenvolvimento econômico com justiça social (CASTELO, 2012). Dessa maneira, são eleitos governos de orientação progressista, os quais possibilitaram um reordenamento geopolítico no continente, como é exemplo o governo de Hugo Chavés, na Venezuela, em 1999; Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil, e Néstor Kirchner, na Argentina, em 2003; Evo Morales, na Bolívia, em 2006; Rafael Correa, no Equador em 2007 e Fernando Lugo, no Paraguai em 2008 (SILVA, 2020).

A emergência e consolidação dos governos progressistas na América Latina promoveram a instalação de um “novo consenso internacional” que reforçou o papel imposto aos países latino-americanos de exportador da natureza. Esse novo momento é marcado pela expansão econômica focada no aprofundamento da exploração da natureza, beneficiado pelo *boom* dos preços internacionais dos produtos primários. Esse *boom* se deu pelo chamado “efeito China”, pelo surgimento deste país enquanto potência, e também pelo fluxo de capital financeiro dos Estados Unidos para os países latino-americanos (SVAMPA, 2013).

Assim, a corrida pela apropriação dos recursos naturais nos países periféricos latino-americanos é resultado das transformações na geopolítica mundial com o acirramento das disputas entre os Estados Unidos e a China, os quais, buscando garantir a sua hegemonia, sua soberania nacional, estruturam uma disputa global pela captura de novas fontes de valorização, sobretudo as ligadas à natureza. A América Latina é um dos principais alvos dessa disputa por ser o território onde se

encontram majoritariamente esses recursos e devido a sua condição histórica de ser uma região exportadora de matérias-primas (BRUCKMANN, 2011).

Com base nessa disputa, os Estados Unidos buscam reorganizar seus interesses hegemônicos nesse subcontinente, apropriando-se dos recursos que precisam para garantir a manutenção de sua hegemonia. Mônica Bruckman (2011) destaca que a apropriação dos recursos naturais existentes na América Latina é uma orientação estratégica dos Estados Unidos para garantir a sua segurança nacional, pois há uma vulnerabilidade deste país em relação aos recursos naturais existentes nesse subcontinente³, por isso, as estratégias assumidas visam derrubar qualquer “ameaça” que coloque obstáculos aos interesses da nação norte-americana, destruir qualquer barreira política e econômica que impeçam um domínio de longo prazo sobre os recursos e uma dessas estratégias, relacionado à sua política externa, é o golpe de Estado. Segundo Penido e Stédile (2021, p. 18), o objetivo dos EUA é fazer com que ele permaneça

como única potência mundial impedindo a ascensão de qualquer concorrência ou “poderes hostis”, e atribuindo-se o direito de intervir “preventivamente” para resolver de maneira seletiva os problemas de “segurança” que ameacem seus interesses, além de preservar o acesso do país a forma de energia no exterior.

A crise financeira internacional de 2008, iniciada nos Estados Unidos, agrava-se e atinge as economias latino-americanas. Em razão desta e para deslocar suas contradições, o capital incrementa a desregulamentação financeira como meio de fazer prevalecer o movimento de “auto-valorização do valor”, elevando as contradições do capitalismo a um nível superior, sobretudo na periferia do sistema. Nessa mesma direção, ocorre o esgotamento do ciclo de governos progressistas, nas primeiras décadas do século XXI, com as limitações dos projetos de distribuição de renda, pois já não correspondiam aos interesses gananciosos do sistema do capital (ARAÚJO; PEREIRA, 2018).

Porém, o modo como esse ciclo foi encerrado não foi previsto. Os EUA

3 De acordo com o documento dos EUA analisado por Mônica Bruckman (2011, p. 23), “A nação enfrenta uma demanda crescente de recursos minerais e energéticos, uma dependência crescente de recursos importados de outros países e uma pressão crescente para considerar fontes alternativas a partir de uma inovação tecnológica”.

firmaram seus passos na América Latina por meio de formas mais sofisticadas e modernas de intervenção nos países através do golpe de Estado (PENIDO; STÉDILE, 2021). Golpe de Estado é um conceito que diz respeito à destituição de presidentes de modo forçado, repentino e violento, desrespeitando os procedimentos constitucionais. Na contemporaneidade esse intervencionismo possui uma metodologia completamente diferente, ampliando a compreensão do conceito (CARDOSO, 2016).

Assim, diante da disputa global por recursos naturais e das ameaças apresentadas pelos governos progressistas, as forças conservadoras tiveram que encontrar uma nova modalidade de golpe, o que Borón (2013, p. 6 -8) intitulou de *soft power*⁴ formas “singelas” de intervir no processo democrático dos países latino-americanos, como a “(...) derrubada ‘institucional’ de governos legítimos apelando ao protagonismos do congresso e do poder judicial”, o “[...] crescente controle dos meios de comunicação de massas, capazes de criar ‘climas’ de opinião de decisiva importância na hora de erodir as bases do poder de um presidente insatisfeito ou para preparar operações golpistas”, construindo opiniões e informações “[...] abertamente falsas que aterrorizam ou intimidam a população” para que se equivoquem e elejam o candidato incorreto. Ademais, a nova modalidade de golpe caminha junto com a perspectiva anticomunista como uma espécie de desculpa para garantir a destituição de governos constitucionais (ROSENMAN, 2013).

Portanto, não é preciso tanques nas ruas, nem invadir palácios de governo, nem tornar ilegais os partidos políticos, muito menos derramar sangue, as forças armadas se movimentam apenas visando cumprir a ordem, reverter os processos democráticos nascido das urnas (ROSENMAN, 2013). Por isso,

A metodologia atual estipula que os militares golpistas desapareçam rápido da cena e que cedam a câmara e o microfone a um presidente e a um governo civil que, mediante uma eleição, uma reforma constitucional ou outra fórmula, imponha um novo *status quo* democrático de acordo com os interesses imperialistas (REGALO, 2010, p. 8-9).

Assisti-se a uma nova metodologia de golpe utilizada pelos Estados Unidos, com uma feição de legalidade, que não envolve apenas operações

4 Poder suave. Tradução nossa.

predominantemente militares, mas também intervenções do poder legislativo e judiciário, buscando seus processamentos dentro das instituições ditas democráticas. Então, são rupturas distintas das que ocorreram no século XX, podendo ser intitulado de neogolpismo, pois tem estruturas mais sutis, visando preservar a aparência institucional (ARAÚJO; PEREIRA, 2018). Segundo Juan Gabriel Tokatlian (2009, p.1),

O neogolpismo está encabeçado mais abertamente por civis e conta com apoio tácito (passivo) ou cumplicidade explícita (ativa) das Forças Armadas, pretende violar a constituição do Estado com uma violência menos ostensiva, tenta preservar um semblante institucional mínimo (por exemplo, com o Congresso em funcionamento e/ou a Corte Suprema temporariamente intacta), nem sempre envolve uma grande potência, (por exemplo, Estados Unidos) e aspira mais por resolver um impasse social ou político potencialmente ruinoso que fundar uma ordem nova.

Por conseguinte, essa nova metodologia de golpe, ocorrida nesta etapa do capitalismo evidencia que o processo de expropriação e apropriação é intensificado envolvendo as riquezas naturais que interessam ao sistema capitalista e aprofundando os conflitos socioambientais com uma dimensão cada vez mais violenta, apoiando-se em uma política de militarização, com a crescente presença militar dos Estados Unidos nos territórios. Isto nos leva a concordar com Prado Júnior (1987, p. 91) quando afirma que as perspectivas de desenvolvimento “[...] embora aparentemente distintas do antigo sistema colonial, guardam com esse sistema, na sua essência, uma grande semelhança”.

4 O IMPERIALISMO PISA FORTE EM TERRITÓRIO HONDURENHO: O GOLPE DE 2009 CONTRA MANUEL ZELAYA

Honduras, um país localizado na América Central, próximo à Nicarágua, El Salvador, Guatemala, Costa Rica, Panamá e Belize, possui, assim como os outros países da América Latina, grande diversidade ambiental, característica que historicamente atrai a cobiça dos

países imperialistas. Assim, a formação socio-história de Honduras é marcada pelo agrô-mínero-hidro-bio-carbono-negócio (MINERO; PORTO-GONÇALVES; MICHELOTTI, 2021), pela crescente expropriação dos povos originários e pela persistente desigualdade social (CARDOSO, 2016).

Com a ascensão dos Estados Unidos como potência imperial, no século XIX, já se assistia à crescente exportação de capital para o território hondurenho, assim como o controle dos seus recursos naturais. Portanto, a presença norte-americana em Honduras é antiga. Segundo Cardoso (2016), em 1909 houve a primeira intervenção militar dos Estados Unidos em Honduras, o primeiro golpe de Estado, com o objetivo de ter o controle sobre as terras para possibilitar a produção de bananas por meio da *United Fruit Company* (UFCO). Todavia, os golpes se perpetuaram como destaca Rosenmann (2013, p. 131),

1924 – O presidente Rafael López Gutierrez decide permanecer no poder. Com o apoio da *United Fruit Company* e do presidente Calvin Coolidge, o general Tiburcio Carías Andino destituiu o presidente López. É nomeado presidente provisório o general Vicente Tosta Carracos.

1956 – Uma revolta militar derrota o presidente Julio Lozano Díaz. Se instaura um triunvirato composto pelo general Roque Rodríguez, o coronel Héctor Caraccioli e o major Roberto Gálvez Barnes (filho do presidente Juan Manuel Gálvez).

1963 – O general Oswaldo López Arellano derrota o presidente Ramón Villeda Morales. Governou até 1971 e no período 1972-1975. Militares ocuparam a presidência do país até 1982.

2009 – O presidente Manuel Zelaya Rosales é deposto por ordem do Congresso, executada pelas Forças Armadas. Zelaya se refugia na embaixada do Brasil. O presidente do Congresso – Roberto Michelletti – assume a presidência de fato (tradução nossa).

Manuel Zelaya, do Partido Liberal de Honduras (PLH), assume a presidência em 2006, período em que ainda se reverberava as consequências da catástrofe do furacão *Mitch* que ocorreu em 1998. Essa tragédia foi usada como desculpa para impulsionar uma nova onda de reformas neoliberais no território hondurenho resultando no aumento da desigualdade social, da violência e da pobreza. Desse modo, Zelaya toma posse em um momento no qual o país estava submerso pela crise. No processo eleitoral a disputa foi acirrada, o que levou o candidato derrotado, Porfirio Lobo Sosa, do Partido Nacional de

Honduras (PNH), a questionar a legitimidade do resultado das eleições, não reconhecendo, portanto, sua derrota (CARDOSO, 2016).

Zelaya, filho de fazendeiro, empresário e gerente do Conselho Hondurenho da Empresa Privada (Cohep), em sua campanha eleitoral afirmava medidas neoliberais. Todavia, ao assumir a presidência, viu a importância de realizar uma ampla agenda de reformas visando garantir o crescimento econômico do país diante da crise. Para isto, ele aplicou estratégias tanto tradicionais quanto novas. Dentre as tradicionais, solicitou empréstimos do Banco Mundial e, dentre as novas “[...] introduziu a educação pública e gratuita para crianças, uma valorização do salário mínimo e uma série de políticas de bem estar social, incluindo transferências de renda e energia elétrica gratuita”, além disso, vetou o decreto que visava proibir o uso das pílulas contraceptivas de emergência (INSTITUTO TRICONTINENTAL, 2021, p. 5).

Dentre as estratégias mais polêmicas adotadas por Zelaya há, “[...] a adesão de Honduras ao processo de integração regional da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (Alba) e a PetroCaribe, um acordo social democrata que fornece petróleo venezuelano à baixo custo para a região” e “[...] propôs a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte para revisar a Constituição de 1982”, a chamada “quarta urna”⁵ que disparou uma série de confrontos entre o presidente, o Congresso, o judiciário e a elite imperialista (INSTITUTO TRICONTINENTAL, 2021, p. 6-7). Tais reformas irritaram a elite hondurenha e a elite imperialista que passaram a realizar críticas abertas ao governo, uma campanha suja nos meios midiáticos sugerindo que Zelaya queria estender seu mandato e que pretendia instalar o comunismo em Honduras (CARDOSO, 2016).

Mesmo sob ataque, Zelaya levou adiante a proposta da “quarta urna”, o que conduziu o Congresso Nacional a criar uma “comissão investigadora” para investigar a conduta administrativa do então presidente da República. Entretanto, o objetivo desde o princípio era tirar Zelaya da presidência visando evitar maiores reformas, como a modificação da Constituição. Então, em 26 de junho, saiu a primeira ordem de captura do presidente, acusado de trair a pátria e abuso de autoridade (CARDOSO, 2016).

5 “A proposta consistia em que nas eleições gerais de novembro de 2009, se adicionaria às três urnas tradicionais – onde se depositam os votos para presidente, deputado e autoridade municipal – uma quarta urna, onde os hondurenhos deveriam decidir sobre a convocação de uma assembleia Nacional Constituinte, que teria como objetivo a redação de uma nova Constituição” (CARDOSO, 2016, p. 72).

Todavia, no mesmo dia em que o povo hondurenho iria votar no referendo relacionado à quarta urna, os militares hondurenhos em parceria com os militares dos EUA, sob ordem do Congresso, capturaram Zelaya em sua residência e o expatriaram o conduzindo à Costa Rica afirmando que mantê-lo no país representaria situações de perigo à ordem pública (INSTITUTO TRICONTINENTAL, 2021). Segundo Cardoso (2016, p. 85),

[...] a despeito de qualquer desobediência normativa que o presidente Manuel Zelaya possa ter cometido, houve uma perseguição jurídica ao mandatário com fortes motivações ideológicas, explicitadas tanto pela rapidez com que se trabalhou para implodir a proposta da Quarta Urna, quanto pelo desapego ao principal argumento utilizado para se opor ao projeto, que passou a não valer depois da destituição de Zelaya. O presidente foi acusado de “traição à pátria”, mas os fatos indicam que a acusação que estava sendo proferida era a de “traição à classe”. A esta a qual Zelaya sempre pertenceu, mas passou a incomodar na medida em que buscou novos aliados, internos e externos, e novas diretrizes democráticas que pressupunham aumento de participação popular na política – lugar que sempre foi restrito à elite.

Horas depois da captura e expatriação de Zelaya, o Congresso Nacional dá continuidade ao golpe de Estado emitindo um decreto que dá a Roberto Micheletti (PLH) o cargo de presidente interino de Honduras. Inicia-se, então, um rápido declínio à extrema direita. Ainda em novembro de 2009 foram realizadas eleições presidenciais, nas quais foi eleito Porfírio Lobo Sosa que manteve a mesma conformação do governo de extrema direita e ultraneoliberal de Micheletti, recuperando o lugar do setor empresarial, aprovando projetos propostos pelo Congresso Nacional que visavam ter maior controle dos territórios e dos recursos naturais (CARDOSO, 2016).

A Lei para a Proteção e Promoção de Investimentos que propunha garantias e facilidades para a entrada do capital estrangeiro no país e a Lei de Promoção do Desenvolvimento e Reconversão da Dívida Pública que dava concessão aos investidores privados aos recursos naturais do país para projetos de exploração, como às hidrelétricas e às mineradoras, são exemplos das intenções que estavam por traz do golpe de Estado. Essas medidas entravam em vigor no governo de Porfírio Lobo Sosa, com o objetivo de reverter os avanços iniciados por Zelaya e entregar aos países imperialistas as riquezas de Honduras (CARDOSO, 2016). Juan Orlando Hernández, eleito em 2014, deu continuidade às medidas entreguistas, firmando o compromisso com a oligarquia hondurenha e os

Estados Unidos (INSTITUTO TRICONTINENTAL, 2021).

De acordo com Cáceres (2017), a razão de maior peso que conduziu ao processo do golpe de Estado em Honduras foi o controle dos bens comuns da natureza, por isso, após o golpe foram instituídas leis entreguistas que garantiam a legalidade do saque dos territórios. Todas essas medidas, voltadas à intensificação do neoliberalismo, à drenagem dos recursos naturais, foram acompanhadas por uma crescente violência, militarização, repressão dos movimentos sociais e assassinatos dos defensores e das defensoras dos direitos humanos e da natureza (INSTITUTO TRICONTINENTAL, 2021).

A situação dos povos indígenas e afrodescendentes piorou desde o golpe de Estado, principalmente porque houve uma intensificação da instalação de megaprojetos de mineração e hidrelétricos nas terras desses povos, como é exemplo o território do povo indígena Lenca que em suas terras há 76 projetos hidrelétricos que visam ser implementados (INSTITUTO TRICONTINENTAL, 2021). Berta Cáceres, presidente do Conselho Cívico de Organizações Populares e Indígenas de Honduras (Copinh), junto com seu povo travou lutas visando expulsar os megaprojetos dos territórios indígenas, territórios sagrados, e conseguiram. Mas, como desdobramento do golpe, o qual vinha reprimindo qualquer forma de defesa dos bens comuns e dos povos, Berta foi assassinada.

5 CONCLUSÃO

As ofensivas imperialistas norte-americanas sempre se fizeram presentes nos países latino-americanos, sobretudo por meio dos golpes de Estado, visando se apropriar dos recursos elementares à vida, como a natureza (ROSENMANN, 2013). Desse modo, a expropriação dos povos e a apropriação dos recursos naturais são os elementos estruturais e contínuos da América Latina e, na atual fase do sistema capitalista, marcada pela disputa pela captura dos recursos naturais estratégicos pelos EUA e a China, as estratégias de apropriação tem nova roupagem

(CARDOSO, 2016).

O golpe de Estado em Honduras, enquanto primeiro golpe no século XXI dentro desta nova modalidade, evidenciou que os países da América Latina, melhor dizendo, os recursos naturais e a força de trabalho deste subcontinente, continuam sendo peça chave na disputa por hegemonia entre os países centrais, fazendo com que qualquer medida que vise diminuir as desigualdades apareçam como ameaça à essa hegemonia, destituindo, assim, governos que se aproximam minimamente do bolivarianismo, do projeto de Simón Bolívar de integração dos países latino-americanos, de solidariedade, complementaridade e unidade (CARDOSO, 2016).

Dessa maneira, a nova metodologia do golpe se evidencia com o não reconhecimento, por parte da oposição, do voto popular que elegeu Manuel Zelaya; com a forte intervenção dos meios midiáticos hegemônicos que passaram a desqualificar o governo, mencionando que Zelaya visava instalar o comunismo em Honduras; com a atuação direta do Congresso ao elaborar medidas visando destituir Zelaya da presidência, ordenando que as Forças Armadas o retirassem a força do país. Portanto, o judiciário foi agente de todo o golpe (ARAÚJO; PEREIRA, 2018). Como resultado, houve o avanço do conservadorismo, a intensificação do neoliberalismo, o agravando da dependência principalmente com a supressão de barreiras que colocavam obstáculos à exploração de recursos naturais por parte das multinacionais (CARDOSO, 2016).

Todavia, desde o início do golpe houve resistência, principalmente por meio da Frente Nacional de Resistência Popular (FNRP), a qual unia povos indígenas vinculados à Copinh, afrodescendentes e demais pessoas da sociedade civil. Berta Cáceres, uma das principais líderes da resistência hondurenha, fazia parte dessa Frente e mesmo tendo sido assassinada continuou alimentando a luta contra esse sistema de morte e destruição (INSTITUTO TRICONTINENTAL, 2021).

Portanto, é fundamental entender o golpe de Estado em Honduras, pois torna possível compreender os golpes que outros países da América Latina sofreram, ou ainda sofrem, e as suas conexões, visando unir forças para construir uma unidade de resistência latino-americana à intervenção norte-americana. A luta da companheira Berta Cáceres deve servir de inspiração, acreditando que “[...] Os

guerreiros e guerreiras de outros tempos guiam nossos passos e as ancestrais nos relatam a história uma e outra vez, para não repetir, para não esquecer, para não perdoar, para que a nossa luta seja sempre criação heroica” (CÁCERES, 2017, p. 47). Que a semente plantada por Berta se espalhe pela América Latina!

6 REFERÊNCIAS

ALVES, J. L. **A esfinge do neodesenvolvimentismo e a miséria do trabalho no Brasil (2003-2013)**. In: Macário, Epitácio; VALE, Erlenia S.; RODRIGES JR, Natan. Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

ARAÚJO, M. A; PEREIRA, V. S. Rupturas, neogolpismo e América Latina: uma análise sobre Honduras, Paraguai e Brasil. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 125-136, jan/abr, 2018.

BORÓN, A. PRÓLOGO. In: ROSENAMNN, M. R. **Tiempos de oscuridad**: historia de los golpes de estado em América Latina. Akal, Pensamento Crítico, nº 26, 2013.

BRUCKMANN, M. **Recursos naturales y la geopolítica de la integración sudamericana**. 2011. Disponível em: <https://cronicon.net/paginas/Documentos/Libro-Bruckmann.pdf>. Acessado em: 02 de jan. 2020.

CÁCERES, L. Z. **Honduras, o golpe de Estado e a luta pelos territórios**: a luta do povo Lenca. Revista Margem Esquerda, 2017.

CARDOSO, S. A. **Golpe de Estado no século XXI**: o caso de Honduras (2009) e a recomposição hegemônica neoliberal. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Comparados sobre as Américas da Universidade de Brasília (UNB). Brasília, 2016.

CASTELO, R. O social-liberalismo brasileiro e a miséria ideológica da economia de bem-estar. In: MOTA, A. E. (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**.

Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FOSTER, J. B. **A Ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____.; CLARK, B. Marxismo e dialética da ecologia. **Revista Crítica Marxista**. N. 50, p. 171-191, 2020.

GALEANO, E. H. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre, RS: L&P, 2016.

INSTITUTO TRICONTINENTAL. **Pobre nação**: Honduras está sendo comida por dentro e por fora. Dossiê nº 39. 2021. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-39-honduras/>. Acessado em: 12 dez. 2021.

MALHEIRO, B; PORTO-GONÇALVES, C. W.; MICHELOTTI, F. **Horizontes Amazônicos**: para pensar Brasil e o mundo. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2021.

MARX, K.[1818-1883]. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTÍN, R. D. América Latina y la maldición de los recursos: el debate em la larga duración. **Revista el Trimestre Económico**, n. 351, 2021.

MATHIAS, M. M; BRITO, C. M. T. M.B. Dependência, imperialismo e capital-imperialismo: a dinâmica da posição brasileira na América Latina. **Revista Rebelo**, v.6, n.2, mai/ago, 2016.

MATTOS, M. B. **A classe trabalhadora**: de Marx ao nosso tempo. São Paulo: Boitempo, 2019.

PENIDO, A; STÉDILE, M. E. Ninguém Regula a América: guerras híbridas e intervenções estadunidenses na América Latina. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2021.

PRADO JR, C. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

REGALADO, R. "Leciones del golpe de Estado em Honduras". **Revista Contexto Latino Americano**, n. 12, Ocean Sur, 2010.

ROSENMANN, M. R. **Tiempos de oscuridad**: historia de los golpes de estado em América Latina. Akal, Pensamento Crítico, nº 26, 2013.

SADER, E. A. **Refundar el Estado**: posneoliberalismo em América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

SILVA, R. G. O. **“O Estado nunca se vê, mas aparece sempre a tirar-nos as nossas coisas”**: o papel do Estado no processo de expropriação das comunidades impactadas pelo Complexo de Suape. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2020.

SVAMPA, M. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Revista Nueva Sociedad**, n. 244, marzo-abril, 2013.

TOKATLIAN, J. G. **El auge del neogolpismo**. La Nación, Buenos Aires, 24 jun. 2012. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/el-mundo/el-auge-del-neogolpismo-nid1484794/>. Acessado em: 12 de dez. 2021.

TRASPADINI, R. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina**: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Conhecimento e inclusão social em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.